



O movimento identitário dos indígenas: cyberbullying e discurso

The indigenous identity movement: cyberbullying and discourse

Vania Maria Lescano Guerra*

Fabiana Ferrari**

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo identificar e problematizar, por meio da Análise do Discurso de origem francesa (CORACINI, 2007; PÊCHEUX, 1988) e de uma perspectiva discursivo-desconstrutiva e transdisciplinar, representações de/sobre sujeitos indígenas incluídos no mercado de trabalho produzidas na rede social Facebook. Partimos do pressuposto de que os discursos postados por indígenas e brancos acerca do indígena no mercado de trabalho estão a inscrever-se em um novo acontecimento discursivo: o *cyberbullying*. O corpus desta pesquisa reúne regularidades contidas em um recorte de publicações coletadas on-line (*posts* ou comentários), que estão/foram divulgadas na mídia Facebook, em 8 de novembro de 2012. O processo analítico se dá pelo método arqueogenealógico (FOUCAULT, 1990; 2007), entendendo que, a partir da materialidade, é possível compreender os sentidos, as regularidades enunciativas, as formações discursivas e os interdiscursos que ecoam na memória discursiva dos dizeres inscritos nesse ambiente virtual.

ABSTRACT: This work aims to identify and problematize, through Discourse Analysis of French origin (CORACINI, 2007; PÊCHEUX, 1988) and from a discursive-deconstructive and transdisciplinary perspective, representations of/about indigenous subjects included in the labor market produced in the social network known as Facebook. We start from the assumption that the discourses posted by indigenous and white people about the indigenous in the labor market are inscribing themselves in a new discursive event: *cyberbullying*. The *corpus* of this research brings together regularities contained in a clipping of publications collected online (*posts* or comments), which are/were released on the Facebook media on November 8, 2012. The analytical process is based on the archaeological method (Foucault, 1990, 2007), understanding that from the materiality it is possible to understand the meanings, the enunciative regularities, the discursive interdiscourse and formations that reverberate in the discursive memory of the narratives inscribed in this virtual environment.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Discurso. Cyberbullying. Povos indígenas.

KEYWORDS: Identity. Discourse. Cyberbullying. Indigenous people.

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara. Docente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: vguerral@terra.com.br.

** Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e bolsista da CAPES. E-mail: psicoferrari@hotmail.com.

1. Introdução

O discurso constitui um cenário em que estão envolvidos a língua, o sujeito e seu espaço histórico, social e cultural. Nessa linha, este trabalho tem por objetivo problematizar, por meio da Análise do Discurso de origem francesa e de uma perspectiva discursivo-desconstrutista e transdisciplinar, representações de/sobre sujeitos indígenas incluídos no mercado de trabalho produzidas na rede social Facebook. Assim, busca-se, especificamente: investigar o papel da memória que atravessa o discurso dos/sobre trabalhadores indígenas postados no Facebook, verificando a possível ocorrência de manifestações históricas, de formas de discriminação, preconceito e exclusão; estudar o processo identitário do trabalhador indígena discursivizado na rede social Facebook; e rastrear efeitos de sentido dos dizeres articulados nos *posts* e comentários. Vale dizer aqui que este trabalho é fruto de um recorte operado em uma pesquisa de dissertação de mestrado, que contou com um corpus maior. Ressaltamos que o corpus da pesquisa maior que originou este artigo foi mais abrangente do que esse trabalho, ou seja, do que o recorte que ora apresentamos.

Partimos do pressuposto de que os discursos postados por indígenas e brancos acerca de si no mercado de trabalho inscrevem-se em um novo acontecimento discursivo: o *cyberbullying*. Posto isso, o corpus desta pesquisa reúne regularidades contidas em um recorte de publicações coletadas on-line (*posts*/ comentários), que estão/foram divulgadas na mídia Facebook, em 8 de novembro de 2012. O processo analítico se dá pelo método arqueogenealógico proposto por Foucault (1990; 2007), entendendo que, a partir da materialidade discursiva, é possível compreender os efeitos de sentido dos discursos, as regularidades enunciativas, as formações discursivas e os interdiscursos que ecoam na memória discursiva dos dizeres inscritos no ambiente virtual.

Valemo-nos do arcabouço teórico da Análise do Discurso de origem francesa (AD), a partir dos estudos de Coracini (2007; 2011), Pêcheux (1988; 1990), Orlandi (1999),

Guerra (2015) e Authier-Révuz (1990; 1998), em uma visada transdisciplinar de pesquisa que considera a produtiva relação com a psicanálise (LACAN, 2008; FREUD, 1929). Esse processo (re)configura papéis sociais, (re)categorizando a representação do outro a partir do prisma daquele que, intradiscursivamente, entrelaça dizeres, de modo a atualizar o discurso por meio de já ditos que se naturalizam no bojo da sociedade hegemônica e reverberam estereótipos, excluindo aqueles que afirma incluir.

2. A virtualidade do ciberespaço: *bullying* e discurso

Com este trabalho, temos a convicção de (des)construir conceitos e fazer emergir discussões e reflexões a partir de uma visão transdisciplinar, fazer resvalar efeitos de sentidos sobre a inserção do indígena no mercado de trabalho em pleno século XXI, em um mundo considerado globalizado e com várias mudanças, porém ainda carregado de estereótipos, de preconceitos e de injustiças sociais.

Sabemos que a academia proporciona ao pesquisador essa busca do (des)construir, (re)significar, resvalando reflexões, nesse caso, acerca da constituição identitária do sujeito indígena que atua no mercado de trabalho brasileiro. Esperamos que esse conhecimento, a partir dos sentidos da representação que o sujeito elabora sobre si e sobre o outro, bem como o que o sujeito hegemônico elabora sobre ele, no domínio discursivo da internet, possa contribuir para a discussão de “novas” formas de exclusão e inclusão e, pois, (novas) relações de poder.

Na tentativa de compreender a função e o papel que desempenham na relação homem e máquina na contemporaneidade, por meio do ciberespaço, observa-se que inscrição dos sujeitos nas novas tecnologias se estabelece por meio de relações de força ao longo das mudanças sociais e tecnológicas. Um meio de aperfeiçoamento profissional, de busca por novos saberes, de informatização das informações é o computador e sua comunicação em rede em âmbito mundial. Desde

que o computador foi criado em 1945, nos Estados Unidos (USA) e na Inglaterra as inovações e reformulações desse sistema de processamento de dados não param de ser ampliadas a partir das criações humanas. E a vida digital, que surge na terceira revolução industrial, repercute no surgimento do ciberespaço, um novo meio de comunicação instrumentalizado pela informática e pela internet.

Para Lévy (2001), o ciberespaço é considerado como uma "geografia móvel da informação", normalmente invisível, algo sensível. O termo foi logo adotado pelos desenvolvedores e usuários das redes digitais, que (re)criam um próprio conceito e passam a chamar o ciberespaço de "rede". Esse novo espaço de comunicação proporcionado pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores (re)configura a representação dos indivíduos sob uma interpelação por meio da lingua(gem) ao transmitirem informações oriundas de fontes digitais ou à digitalização, instaurando uma nova representação de vida social: a vida digital.

Castells (2003) aborda a chamada sociedade do conhecimento, perpassada por discursos e conteúdos ocorridos no final do século XX com a transformação ideológica e o surgimento da era tecnológica. Essa nova era de sociedade da informação ou conhecimento se transforma em sociedade da aprendizagem. Por causa dessa minimização de espaço entre os sujeitos, as informações se tornam rápidas a ponto de a sociedade moderna ser comparada ao descentramento, pois as relações de poder-saber estão em todo lugar.

Como novo espaço surgido com o advento da internet, o ciberespaço também está no meio organizacional apoiando as organizações desde as de pequeno porte até as de grande porte e tem sido considerado mecanismo de aprendizagem e meios de coordenar as interações nesse universo on-line de conhecimentos. O mundo tecnológico, hoje, tem disponibilizado ao internauta a proximidade com o outro sujeito, e isto tem mostrado benefícios e danos. Estar conectado em rede quer dizer estar interligado com sujeitos conhecidos ou não, sem proximidade física. Estar

conectado ainda quer dizer que os sujeitos publicam, postam, compartilham informações, não se importando mais em serem exclusivos ou inovadores, mas envolvendo naqueles segundos sentimentos (in)conscientes direcionados a nada ou a alguém, tentando amá-lo ou odiá-lo, instigando criatividade e imaginação.

De alguma forma, essa publicidade provoca no internauta indignações e curiosidades. Ao (re)postar sua vida, suas conquistas, suas dores, nas mais diversas formas de postagem, o internauta está sujeito a receber comentários sobre o que postou. Esses comentários podem ser elogios ou críticas leves ou agressivas. Essa agressão on-line tem mostrado o quanto a tecnologia pode facilitar ao agressor; ao ser agredido: sua forma de interpretação do conteúdo transforma-se em conteúdos recalçados, ou em conteúdos manifestos em seus comportamentos (agressividade e silenciamento).

A essas posturas negativas na mídia chamamos *cyberbullying*: prática de agressões em meios digitais. Segundo Maldonado (2011), *cyberbullying* é a prática da crueldade on-line, que pode agredir o sujeito silenciosamente e muitas vezes anonimamente, dificultando a identificação do agressor e a dificuldade do agredido para sair da situação. Esse discurso do agressor, responsivo, está investido de (re)significâncias para e por esse sujeito agressor; portanto isso irá denunciar aquilo que foi apagado, ainda que inconsciente (ORLANDI, 1999).

As representações estabelecidas nas/pelas mídias sociais, via memória discursiva, afetam os sujeitos, de modo que eles se inscrevem em posições-sujeito que transitam entre a relação de forças permeada pelo saber-poder, entrando na ordem do discurso, (re)produzindo dizeres do/sobre o outro no ciberespaço. Por causa disso, os sujeitos assumem, (in)conscientemente, práticas que reverberam formações discursivas excludentes, como observado em Maldonado (2011), assumindo uma posição-sujeito agressor, ou seja, que pratica o *bullying/cyberbullying*.

Conforme Teixeira (2013), a palavra *bullying*, de origem inglesa, advém de *bully* (valentão, briguento) e não possui correspondente na língua portuguesa, mas representa uma prática que envolve agressividade e é marcada por uma disparidade de poder entre quem o pratica e a vítima. *Bullying* é uma forma constante de assédio contra um mesmo sujeito, que sofre danos físicos ou psicológicos que influenciarão diretamente outras áreas de sua vida. Quando se ouve/fala de alguém violento, logo se pensa em violência física entre sujeitos fortes: alguém bate e o outro apanha, ou um sujeito tem poder por ter batido e ser considerado o mais forte, enquanto o outro é perdedor por ser o mais fraco.

Essa vitimização emocional de alguém em uma rede social é um processo muito rápido, pois a mídia tem o poder de difundir opinião e formar opinião sobre determinado assunto em frações de segundos (FERRARI, 2017). No local de trabalho, o *bullying* é silenciado, pois a agressão física dificilmente acontece, já que, entre adultos, a violência é mais emocional, psicológica, proporcionando ao sujeito agressor o prazer de conseguir “se dar bem”. Silva (2010), em seu livro *Bullying: mentes perigosas nas escolas*, afirma que o termo *bullying* só passou a ser estudado na década de 1970, porém a prática é tão antiga quanto à instituição escola, embora esse tipo de agressão não esteja presente somente nas escolas. O *bullying* está presente na infância, adolescência e vida adulta em diferentes contextos e cenários na família (entre pais e filhos, entre irmãos, cônjuges), no trabalho (chefes ou colegas tiranos), nos relacionamentos amorosos. Esse abuso, considerado um mecanismo de poder, intimidação, prepotência, só é considerado *bullying* se incluído o abuso físico, verbal e a exclusão social.

Barbai (2015) vê o *bullying* não apenas como uma palavra que procura ferir o outro de forma constante, mas também o envolvimento de questões culturais e processos de conflitos sociais. Esse ataque ao outro, seja no ambiente escolar ou organizacional, demonstra o poder a alguém que, de forma (in)consciente, tenta

agredir esse outro por diferir daquilo que o agressor constrói como identificação, como vontade de verdade. Observa-se que, em geral, essa prática é silenciada, pois o agredido não reage às agressões. Essa ausência de reação configura o silenciamento, visto pelo autor como um reforço à violência, materializado por meio de repetição. Além disso, Barbai também verifica que o Facebook é uma ferramenta que permite ao usuário retomar relacionamentos com indivíduos que deixaram de fazer parte do seu círculo de amizades por algum motivo, seja pela distância, falta de tempo, ou ampliar seu círculo de amigos. Usar essa ferramenta é, por um lado, permitir uma extensão de relacionamentos pré-existentes, possibilitando a conservação da amizade, e conquistar novos relacionamentos. Por outro lado, o Facebook é um espaço que favorece visibilidade, popularidade e autoridade, na medida em que permite ao usuário postagens que ganham relevância, transformando-se em capital social, ainda que seja para agredir ou humilhar.

3. As (situ)ações históricas dos povos indígenas no Brasil

A história indígena no Brasil foi marcada pela imposição de uma unidade nacional que desconsiderava a diversidade cultural: o intento do colonizador era inculcar no indígena a cultura eurocêntrica. No livro *A Conquista da América, a questão do outro*, Tzvetan Todorov (1983) discorre sobre a chegada dos europeus ao território americano no final do século XV, analisando passo a passo essa investida, observando os relatos dos conquistadores e realizando suas reflexões, mas também ignorando a voz do indígena. O pesquisador consulta diversas fontes para escrever, como as cartas de Colombo, até *Las Casas e Sahagún*, dando voz apenas aos espanhóis, por serem mais bem vistos e aceitos aos olhos dos homens brancos, deixando a “versão” dos indígenas de fora. O indígena não era visto como indivíduo, não representava em si totalidade social, cidadão e sim um elemento de uma coletividade (FERRARI, 2017).

Os colonizadores adjetivavam os indígenas como se fossem bestas ou animais mitológicos, monstruosos e de forma alguma os reconheceram como habitantes da nova terra. Dessa forma, os desencontros de interesses na visão europeia sobre a nova terra encontrada deixam explícito o papel de conquistadores sobre os conquistados: analisar as condições para que pudesse ser feita a dominação. Desde aquele período, foi-se construindo, no imaginário social, uma representação do indígena marcada por estereótipos ou preconceitos. Um imaginário que submete os indígenas à inferiorização e lhes destina um lugar à margem, impedindo ou dificultando, por variadas formas, seu acesso ao universo branco.

Na visão de Mignolo (2003), a modernidade tem um resvalar do colonialismo, pois continua controlando e garantindo posições de poder, ressignificando uma visão renascentista de centro do mundo, com poder de controlar tudo e todos. A partir do século XVI iniciou-se a formação do eurocentrismo ou, como nomeia Quijano (2005), do ocidentalismo, entendido como o imaginário dominante do mundo moderno/colonial, que permitiu legitimar a dominação e a exploração imperial. Como premissa desse imaginário, o outro (sem religião certa, sem escrita, sem história, sem desenvolvimento, sem democracia) foi visto como atrasado em relação à Europa. Sob a visão desse mito da modernidade, em que a civilização moderna se autoconsiderou como a mais desenvolvida e superior, essa “civilização” teria a obrigação moral de desenvolver os primitivos, a despeito da vontade daqueles que são chamados de atrasados (QUIJANO, 2005). Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na composição das humanidades e das ciências sociais, que não somente descreveram um mundo, como o “(re)inventaram” e classificaram como moderno/colonial. Ao lado desse sistema de categorizações dos povos do mundo, houve um artifício de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos (indígenas, negros) e outras sociedades.

Del Priore (2010, p. 13) afirma que os portugueses ignoraram a identidade cultural dos indígenas, acusando-os de não terem conhecimento de agricultura ou religião, não levando em consideração uma cultura indígena já instalada muito antes desse “descobrimento” de terra nova. E mesmo sendo a população indígena, à época colonial, majoritária, os indígenas foram assujeitados às normas criadas pelo branco e foram acometidos de doenças, estupros, trabalhos exaustivos, escravidão, em uma relação de total desrespeito à condição humana. Diante dessa questão social de extrema relevância, órgãos oficiais e movimentos sociais têm tomado iniciativas para “corrigir” os erros do passado ou restituir a essas populações alguns de seus direitos.

No passado, o sujeito trabalhava para produzir o que consumia, fossem roupas, alimentos ou moradia. Tudo era produzido a partir da terra. Com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sociedade, começou a surgir a propriedade privada. Com isso, os indivíduos mais fortes se apropriaram das terras, deixando os mais fracos sem possibilidades de realizar trabalho, pois não havia terras onde ele pudesse ser executado. O âmbito do trabalho no Brasil, ao longo dos tempos, sofreu significativas mudanças e transformações econômicas, políticas e sociais. Podemos considerar três épocas marcantes nas relações de trabalho: a escravidão, no período colonial; a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre; e a nacionalização da força de trabalho na indústria.

Para Spivak (2010), mesmo quando o indígena está inserido nas profissões contemporâneas, enquadra-se na perspectiva de luta de classes, e a sociedade hegemônica tenta suprimir-lhe o direito à voz. A autora traz à baila um histórico impasse: ao falar do/pelo subalterno, os intelectuais representam a si mesmos como sendo transparentes. O intelectual é cúmplice na persistente constituição do Outro como a sombra do Eu (*Self*). Essa união do S/sujeito, intelectual crítico, a uma transparência por meio de negações, associa-se, segundo a autora, aos exploradores da divisão internacional do trabalho, com interesses capitalistas. Os indígenas não

estão só nas aldeias; estão nas cidades, cada vez mais urbanizados e acrescentamos: estão participando do mundo do trabalho. Imbricado nessa ideia de progresso e sobrevivência e ao mesmo tempo controlado e descontrolado por ter que tomar decisão entre sair da aldeia e permanecer em sua cultura, o indígena acaba por decidir conhecer o desconhecido: o mundo do branco.

Uma das dificuldades a serem enfrentadas no mundo organizacional é a inserção do indígena em algumas profissões, porque ora há falta de mão de obra qualificada/especializada, ora de mão de obra masculina. A industrialização e a tecnologia têm exigido a qualificação dos trabalhadores para atender essa mudança (DRUCKER, 1968). O indígena, ao perceber esse “prazer” capitalista, a conquista de objetos tecnológicos (tablets, celulares, acesso à internet) pelo branco, sai da aldeia e busca qualificação e cursos de graduação de diversas áreas.

Convém explicar que o termo “trabalho” não é novo, sendo considerado pela civilização um termo multifacetado e carregado de imprecisões e ideologias. E, para se compreender o trabalho e suas relações com o homem e a sociedade, inclusive o mercado de trabalho, deve-se analisar como o conceito de trabalho chegou ao mundo contemporâneo. Em 1988, promulga-se a “Constituição Cidadã”, para cuja redação houve uma grande mobilização dos indígenas, que desempenharam um papel fundamental de pressão no acordo final votado e aprovado pelo plenário, em cujo artigo 231 consta: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Em 1996, a LDB 9394/96 vem incluir a educação indígena no rol das preocupações institucionais e oficiais brasileiras, entre outras prerrogativas legais.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), parte III, trata da contratação e condições de emprego e indústrias rurais (art. 20 a art. 23). A

convenção aborda a evolução e as mudanças relacionadas aos povos indígenas mundiais desde 1957. Ao indígena passava a ser “permitida” a circulação em diferentes espaços, em que se incluem o acadêmico, o político e, por extensão, o mundo do trabalho, reconhecendo-se sua condição de cidadão brasileiro, de sua cultura, de sua história, de suas raízes.

No entanto, até hoje, os traços fenotípicos do indígena incomodam o branco no mundo organizacional e, nos discursos apropriados pela sociedade hegemônica, os subalternos não têm voz nem vez (GUERRA, 2015). Essa representação do sujeito soberano sobre as pessoas da margem, segundo Quijano (2005), está perpassada, mesmo com todo o decorrer da história política, econômica e social, pelo poder colonizador que os silencia na busca pela homogeneização, pela “integração”.

Ressaltamos que uma das dificuldades a serem enfrentadas no mundo organizacional é a inserção do indígena em algumas profissões, porque ora há falta de mão de obra qualificada/especializada, ora de mão de obra masculina. Embora exclua os sujeitos indígenas, a sociedade hegemônica permite que estes circulem nesse mundo, mas esse dever de hospitalidade que faculta o seu acolhimento ao mesmo tempo traça limites e normas, formulados na língua de acordo com as regras da cultura branca. Não se trata de uma explícita negação da hospitalidade ao indígena, mas esse indígena recebe as boas vindas apenas quando afasta a sua estranheza e se molda ao perfil imposto pelo sujeito branco, negando-se sua alteridade e contrariando-se a ética. Derrida (2003), do ponto de vista ético-político, aponta para uma convivência tolerante entre as pessoas, ainda que a palavra tolerância lhe cause certas reservas, e seus motivos parecem ser mais fortes do que aqueles que sustentam a hostilidade entre os seres humanos.

Esse pensamento refere-se à possibilidade de um Estado reconciliado e democrático por vir, ainda que a ambivalência hospitalidade/hostilidade permaneça. Dessa forma, a inserção do indígena no mercado de trabalho do branco

hegemônico provoca rupturas, desestabilizando todo um complexo discursivo em torno das questões identitárias do indígena, ou seja: desestabilizando certa rede de filiação histórica, “perturbando a rede de memória” (PÊCHEUX, 1998, p. 53) e reivindicando existência na ordem do discurso.

Na mobilização dessa constituição identitária, pesquisamos, por meio de alguns autores, a noção de sujeito. Numa visada psicanalítica, a Análise do Discurso passa a compreender o sujeito diferentemente daquele pautado na certeza; traz a dúvida, a lacuna, aquilo que não é possível apre(e)nder. Conforme os estudos de psicanálise, observa-se que Freud propõe uma mudança ao pensamento de Descartes (de “penso, logo existo” para “desejo, logo existo”), refletindo que o sujeito é um ser desejante, do desejo sexual, inominável, um desejo de outra coisa. Assim, o sujeito uno, inteiro e identificável de Descartes (e do cientificismo) tornou-se não identificável, mas sujeito a identificações e dividido para a Psicanálise. Em uma releitura de Freud, o sujeito para Lacan é trabalhado como efeito de linguagem e do inconsciente. Por meio dessa ruptura, “o sujeito do qual seguimos o rastro é o sujeito do desejo” (LACAN, 2008, p. 157); não se trata simplesmente de falar da língua e “da fala, mas de falar no fio da fala, por assim dizer” (LACAN, 2008, p. 33).

4. O processo analítico: em busca dos gestos de leitura

A Análise do Discurso (AD) compreende o sujeito a partir de sua inserção em uma conjuntura social, histórica e ideológica: sua voz é constituída de um conjunto de vozes sociais e, portanto, não é mais empírico, individual, cartesiano, dono (origem) de seu dizer, o que torna possível afirmar que o sujeito é heterogêneo, interpelado pela ideologia (relação sujeito-língua, o simbólico) e descentrado (CORACINI, 2007). Pensar a linguagem e as relações (inter)discursivas estabelecidas nos discursos do/sobre o indígena no mercado de trabalho, a partir do suporte teórico da AD, é problematizar as fronteiras da subjetividade, o

ser/estar em um entrelugar discursivo. Assim, as representações de indígena, de mercado de trabalho, de ambiente profissional, de ciberespaço, de práticas, de ciberpráticas e de *bullying* podem ser interpretadas por intermédio do estudo do discurso que entende a língua como equívoco, o ato falho, o lapso. Em *A ferramenta imperfeita*, Paul Henry (2013) parte de uma indagação sobre a noção de pressuposição e configura uma característica embaraçante da linguagem ordinária: o fato de haver um impossível que lhe escapa. Como instrumento de comunicação e de troca, do pensamento e de sua expressão, a linguagem acaba traindo o pensamento, por ser causa de mal-entendidos, ilusões e erros.

É por meio do estudo do discurso que se pode afirmar que, para dizer, é preciso não dizer, e que é a inserção dos sujeitos discursivos nas formações discursivas historicamente determinadas que dá sentidos ao dizer (ORLANDI, 2007). A AD oportuniza ao analista do discurso compreender que é na língua e por ela que o sujeito se revela como heterogêneo e não transparente, mesmo desejando ter um dizer sempre consciente (CORACINI, 2007). Posto isto, a materialidade discursiva foi selecionada, considerando a forma como a identidade indígena é concebida e promulgada nas redes sociais: as recorrências de práticas discursivas incrustadas na memória do sujeito tendem a alocar esse sujeito em estereótipos marcados, cerceando seus direitos e práticas sociais. Temos, neste trabalho, a oportunidade de conceder voz a esses sujeitos que destacam sua identidade de indígena e de trabalhador e analisar como esses discursos são concebidos socialmente (GUERRA, 2012). Importa mencionar que esse gesto de interpretação não esgota as possibilidades de análise, mas se apresenta como um ponto de partida possível para se refletir acerca do indígena e das representações que se constroem sobre ele no bojo das práticas discursivas e sociais.

Diante da extensão deste artigo, trazemos apenas o excerto R4, integrante da pesquisa de Ferrari (2017), que veicula a matéria postada no Facebook, em 22 de

abril de 2017, na página do jornal *Midiamax*, com o seguinte lead: “Professor da (UFMS) Universidade Federal do Mato do Grosso do Sul xinga índio, revolta internautas e acaba excluindo página”.

Figura 1 – A Postagem no Facebook.



Os comentários do professor da UFMS¹ sobre a matéria articulada por ocasião do “Dia do Índio” causaram tanta indignação nos internautas que a página acabou sendo retirada do Facebook pelo próprio comentarista, no entanto há reprodução dessa postagem em outras publicações, chats e compartilhamentos por leitores indignados com os dizeres ali inseridos, em decorrência do processo de replicação e (com)partilhamento das informações postas em circulação de forma pública no ciberespaço, facilitado pelas próprias ferramentas tecnológicas.

R4 – a: **Índio não serve pra nada mesmo**; atraso da nação.

R4 – b: São **inúteis** e acho **bem bosta sustentar vagabundo** com meu trabalho” (grifos nossos).

¹ O sujeito enunciador em R4 é professor graduado em Ciências da Computação, atua na UFMS, no *campus* de Três Lagoas, Unidade II, porém está afastado de suas atividades desde 2015 para cursar doutorado na USP (Universidade de São Paulo).

Essas performances criativas (sujeitos atuantes em situações de inventividade), por intermédio de diálogo com o outro em meio a trocas ininterruptas de críticas, ideias, agressões, sugestões, tornam-se fascinantes e propagam-se com o compartilhamento, segundo Couto (2014), dando forças e sentidos à postagem. É aqui que os hábitos de exibição, visibilidade, agressão se borram em fronteiras do aceito e do não aceito, do anonimato ao popular. Os agressores descobrem que compartilhar sua agressão se torna fácil e divertido, pois lhes dá popularidade e satisfaz as curiosidades de todos os tipos de pessoas, independente de escolaridade ou classe social. Para Sibilia (2003), os sujeitos são aspirantes à fama, ao sucesso, à visibilidade, celebrando mais a sua personalidade do que os conteúdos compartilhados.

Vale dizer que a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul desenvolve vários tipos de estudos e pesquisas de/sobre o indígena, a promoção da cultura e da língua dos povos, sobretudo àqueles que compõem o estado de Mato Grosso do Sul e suas fronteiras geográficas. Temos mestrandos e doutorandos indígenas nos cursos de pós-graduação, assim como docentes e funcionários administrativos indígenas que pertencem ao quadro da IES.

Em R4, o enunciador, ao dizer **acho bem bosta sustentar vagabundo**, retrata uma visão estereotipada do indígena como não trabalhador, improdutivo. Seu dizer, constituído pelas discursivizações ligadas ao preconceito e exclusão, vem reafirmar a visão de que o indígena não tem lugar no bojo da sociedade hegemônica, restando-lhe a escória da margem. Sob a ótica de Sousa Santos (2010), mesmo com as disputas dos indígenas para conseguir espaço no mercado de trabalho e nas universidades, há uma fronteira ainda não permitida, não aceita pela sociedade branca, que se situa entre o ser sujeito trabalhador e ser indígena, pois ocupam lados opostos (trabalhador/vagabundo), em um lócus onde os invisíveis não podem tornar-se visíveis. Uma linha vigiada pelo branco com pensamentos de (in)exclusão que atravessa a sociedade hegemônica colonizadora. Os “sub-humanos” não são

considerados (SOUSA SANTOS, 2010, p. 38), portanto não têm direito a espaço no mundo trabalhista, transformando essa visão em um abismo infindável nas formas culturais de existência.

Segundo Grosfoguel (2009), trata-se de um pensamento de fronteira fundamentalista ou essencialista sobre os que estão à margem ou na fronteira da modernidade. Exatamente por estar na fronteira, esse pensamento está em diálogo com a modernidade, porém por meio de olhares subalternos. Uma fronteira com resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade.

Segundo Castells (2008), a nossa visão tradicional histórica, atravessada por proclamações calculadas e interesses hegemônicos, ficou perdida e inconsistente quando nos defrontamos com a mudança de uma nova sociedade de sujeitos germinados por uma nova história, cujos choques interculturais colidem mais visivelmente nas fronteiras. O que está em jogo é a posição de poder da sociedade hegemônica para com o sujeito outro que não pertence à identidade padronizada, homogeneizada, fixa, branca, dita superior.

A possibilidade do discurso do internauta nessa rede social faz que os códigos e mensagens sejam homogeneizados e (re)produzidos, repercutidos no ciberespaço, pela internet, não podendo se restringir a um ponto de vista apenas hegemônico. As possibilidades de (re)categorização são infinitas, porém inscrevem-se nos já-ditos e pré-construídos e passam a se instalar na memória discursiva. Assim, o professor, ao direcionar seu dizer ao sujeito outro de forma hostil, com a expressão **não serve pra nada**, aloja o indígena em uma condição de imprestável, uma vez que o significado do verbo dicionarizado **servir**, precedido do advérbio **não**, renega a esse sujeito a utilidade do ser e reforça sua identidade negativamente (NEVES, 2011, p. 329-330). Isso porque, quando o falante compõe um enunciado negativo, ele indica ter mais suposições sobre o conhecimento do ouvinte do que quando compõe um enunciado afirmativo. A negação é usada como interação para polemizar após um enunciado

afirmativo. Dessa forma, a expressão **não serve** vem alocar o indígena como **vagabundo** no interior de uma **nação**, motivo de vergonha, infâmia e desonra aos povos que ali estão.

As escolhas linguísticas do sujeito virtual são carregadas de uma carga pejorativa e excludente, pois o significado dicionarizado do substantivo **nação**, segundo Ferreira (2009, p. 571), “comunidade ou agrupamento político independente, com território demarcado; população que habita esse território, grupo de pessoas que estão ligadas por costumes, origem, etnias de qualquer outra nacionalidade”, refere-se ao outro, à sociedade hegemônica branca, excluindo os povos indígenas dessa nação. Pela memória discursiva emergem as inúmeras lutas das etnias indígenas pela demarcação de seus territórios e os conflitos violentos que envolvem suas terras e latifundiários, bem como o descaso do poder público.

No estado de Mato Grosso do Sul, com uma população aproximadamente de 77 mil indígenas, os seus direitos não são considerados nos moldes em que a Constituição os apresenta. O confronto entre os indígenas Terena, latifundiários que ocupam suas terras e policiais; as mortes e a inoperância do Estado para evitar esse confronto; o indígena de 24 anos da etnia Guarani-Kaiowá que também foi morto em disputa por terras; todos esses fatos vêm corroborar o que mencionamos. Em outras palavras, a Constituição Federal de 1988, que garantiu vários direitos aos povos indígenas, especialmente o direito aos seus territórios tradicionais, permanece “no papel”, na teoria, na(s) prática(s), amplamente divulgada(s) na mídia, a realidade é outra.

Acrescente-se ainda o uso de **vagabundo** para referir-se ao sujeito indígena: ao substantivar o adjetivo, o sujeito que comenta não apenas agrega uma desqualificação a um nome, mas nominaliza uma caracterização negativa, o que nos permite afirmar que “indígena” é, para ele, sinônimo de “vagabundo”.

Aqui observamos que o sujeito enunciador mobiliza uma prática coercitiva, pois, por intermédio de um conjunto de enunciados, expõe sua visão estratificada do

indígena, como aquele que está à margem do mercado de trabalho e do mundo capitalista, já que ao escrever **não tenho que sustentar vagabundo com meu trabalho**, o sujeito destaca sua condição de incluído e detentor do poder de consumo, em detrimento da posição do outro. O sujeito em questão ancora a pessoa na periferia social por meio de binômios rico/pobre, graduado/analfabeto, assinalando sempre aquilo que ele não é, em uma visão dicotômica que evoca saberes positivistas e visadas logocêntricas.

Em R4, o sujeito não admite que o indígena possa ser inserido em seu mundo, ou em sua nação, pois o considera incapaz de estudar e de trabalhar, incapaz de ter autonomia e destaque no cerne da sociedade que os envolve. O discurso nada mais é do que a reverberação da verdade nascendo diante de seus próprios olhos (FOUCAULT, 2014): uma verdade construída pelo sujeito e arraigada em suas ideologias excludentes, fossilizadas no bojo da sociedade.

A desconsideração em relação aos povos indígenas do Brasil, leva inevitavelmente à construção de representações essencialistas dos grupos indígenas e de suas culturas. Muitos indígenas são violentados verbal, emocional e fisicamente por estarem ocupando um espaço que não é aceito pela sociedade hegemônica. Um poder perpassado pelo estímulo à diluição dos povos indígenas na população circundante, com objetivo de extinção de aldeamentos e vilas de indígenas no país.

Spivak (2010) afirma que essa violência, essa exclusão às pessoas da margem e o silêncio que sobre elas é imposto fazem que apareçam como populações estáticas, opacas, desprovidas de ação, sem lugar e participação na sociedade. Segundo Kunzler e Conte (2005), a ideia de violência precede a lei: a violência tem mobilidade inerente ao homem e é destrutiva, mediada pelo impulso de dominação e pela eliminação do outro. Em R4, verificamos que a ideia de violência se mostra a partir de duas posições: ora na direção de eliminar o outro por fonte de sofrimento, ora na esteira de atribuir importância a esse outro, no intuito de direcionar a violência a esse

sujeito. Foucault (1998, p. 152-154) mostra que o poder não é algo que se possa possuir, pois as técnicas de poder, presentes em todos os níveis sociais, agem no nível dos processos econômicos, operam como fatores de segregação e de hierarquização social, garantindo, especialmente, ações de dominação e efeitos de hegemonia.

As técnicas de poder, disponibilizadas e viabilizadas por um sistema de redes, acabam por funcionar como armas de que a sociedade hegemônica tem se servido, no exercício das relações de força e de poder, e que coexistem a uma luta ideológica da margem (FOUCAULT, 1998). O sujeito enunciador de um discurso antiético relacionado ao outro comprova seu comportamento agressivo (FOUCAULT, 2004) baseado na coerção e desmoralização do sujeito outro.

Os discursos hegemônicos racistas continuam vendo os indígenas como figuras folclóricas ou como povos que vivem em aldeias. Essa identidade estereotipada e cristalizada da figura indígena é atravessada pelo discurso **de que são inúteis, não servem para nada**, geram atraso na nação. Essa forma de pensamento da sociedade hegemônica em relação ao sujeito outro assinala a impossibilidade de inclusão de tudo o que foge à sociedade tradicional (CORACINI, 2007).

Mediante articulação de reflexões acerca da inclusão e da constituição identitária do sujeito indígena, foi possível discutir significativos comentários que veiculam conceitos cristalizados do/sobre o indígena, estereótipos que o in(ex)cluem, e constatar que o Facebook é (mais) um dos lugares de (re)produção de estereótipos e preconceitos sobre o indígena que saiu da aldeia para trabalhar.

O discurso postado acerca do indígena está a inscrever-se em um novo acontecimento discursivo: o *cyberbullying*, uma nova forma de violência que passa pelas relações de poder e pela exclusão e que reverbera já ditos inscritos na memória discursiva do país.

5. O que emerge desse gesto de interpretação?

Por meio dos gestos analíticos mobilizados neste trabalho, foi possível ressaltar que, com novos padrões e novas configurações sócio-históricas, o movimento capitalista atraiu atenção dos indígenas, e no mundo do trabalho, desenvolveram-se, na contemporaneidade, novos traços e novas configurações histórico-estruturais. E estas, apesar de oferecerem certo espaço para os indígenas, também os afetam negativamente, evocando uma memória discursiva de opressão, perseguições, violências, exclusão, lutas, silenciamento, estereótipos e preconceito.

Ao identificar e problematizar representações de/sobre sujeitos indígenas incluídos no mercado de trabalho produzidas na rede social Facebook, pode-se notar uma persistente violência de (in)exclusão da/pela sociedade hegemônica, e as dificuldades desse sujeito indígena enfrentadas no mundo capitalista. Dessa forma, é possível perceber, na memória que atravessa o discurso de/sobre trabalhadores indígenas postados no Facebook, que ocorrem manifestações de históricas formas de discriminação, preconceito e exclusão, explícita ou implicitamente.

Na tentativa de responder aos inquietantes questionamentos iniciais da pesquisa, concluímos que os enunciados postados na rede social Facebook dão forças para o sujeito hegemônico ignorar as diferenças: se o outro é diferente da minha ideologia, dos meus costumes e das minhas características fenotípicas, não merece meu respeito. Essa fronteira de ideologias, empoderamento e relações de poder reforçam a perseguição, a anulação, a violência e o desrespeito à diferença.

O processo de urbanização dos indígenas e de aldeização das cidades é um fenômeno que também tem incomodado o sujeito branco, com as manifestações de mudanças e transformações dos sujeitos indígenas. Várias mudanças na legislação indigenista ocorreram ao longo da história, porém essas iniciativas não transformaram a visão estereotipada, cristalizada e, muitas vezes, agressiva da sociedade hegemônica, dificultando a inserção do indígena em atividades fora das aldeias.

Na contramão desses processos, alguns povos indígenas têm participado de atividades na/da sociedade como um todo, deslocando-se para a região urbana e circulando em diferentes espaços (o acadêmico, o político e, por extensão, o mundo do trabalho), sendo reconhecidos em sua condição de cidadãos brasileiros (GUERRA, 2015). Sob o pressuposto de o indígena trabalhador estar à margem da sociedade branca sofrendo violências, esta pesquisa concentrou-se na análise de um discurso sobre o sujeito indígena produzido na rede social Facebook, buscando investigar como esse sujeito é representado pela sociedade hegemônica.

Por meio dos resultados do gesto analítico empreendido, pôde-se notar, a partir do recorte R4, que a rede social difunde mudanças discursivas que afetam a subjetividade dos sujeitos, de modo a contrastar a identidade dos indígenas no mercado de trabalho. Sabemos que a academia proporciona ao pesquisador essa busca do (des)construir, (re)significar, resvalando reflexões. Com um pensamento de reflexão sobre as diversidades de um país mestiço, esperamos que esta pesquisa instigue os estudiosos da língua, da saúde mental e das outras áreas, ao se conectarem à rede social Facebook e à internet, a escavar as várias vozes ainda silenciadas nos discursos sobre violência, intolerância, perseguição, exclusão aos infames, buscados pela homogeneidade de uma nação transculturada.

Por fim, esperamos que esse conhecimento, por meio dos sentidos da representação que o sujeito elabora sobre si e sobre o outro, no ciberespaço, possa contribuir também para a discussão de “novas” formas de exclusão e inclusão. O que vimos emergir na postagem e circulação de comentários no Facebook são enunciados ofensivos, violentos e formatados. Marcados, visíveis ou inscritos no silenciamento, caracterizam-se como *cyberbullying*, ou seja, uma nova forma de violência ou perseguição que busca uma excludente anulação do sujeito indígena, em favor da homogeneidade de uma etnia.

Referências Bibliográficas

AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer ET. AL. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BARBAI, M A. Palavra que pode ferir: O termo *Bullying* em dicionários de língua inglesa e na imprensa do Brasil. **Revista Signo y Sena**, número 27, junio de 2015, p. 89-106. Facultad de Filosofia y Letras (UBA). Disponível em: <http://revistas.flo.uba.ar/index.php/sys/index>. Acesso em 02 fev. 2017 às 23:00hs.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CORACINI, M. J. **Identidade & discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos e Editora Universitária, 2003.

_____. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. Aspectos metodológicos e Análise do Discurso: migrantes em situação de rua, entre a Hos (ti) pitalidade e a anulação de si. In: TFOUNI, L. V.; MONTE-SERRAT, D. M.; CHIARETTI, P. (Orgs). **A Análise do Discurso e suas interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2011, p. 165-175.

COUTO, E. S. Pedagogias das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (orgs). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 47-65.

DEL PRIORE, M. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DERRIDA, J. **Da hospitalidade**. Trad. de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DRUCKER, P. **Administração lucrativa**. Trad. Adolpho José da Silva. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

FERRARI, F. **O indígena no mercado de trabalho**: o *cyberbullying* e a (re)produção das identidades. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2017.

FERREIRA, A. B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Coordenação de Edição de Marina Baird Ferreira: equipe de lexicografia, Margarida dos Anjos. 7. ed. Curitiba: Positivo; 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **A microfísica do poder**. Trad. Maria T. Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal. 1998 [1979].

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade e política**. Trad. Eliza Monteiro e Inês B. da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

_____. Método. In: FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969], 2007.

_____. **A ordem do discurso**. 24. ed. Trad. Laura F. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FREUD, S. O ego e o id. **Obras Completas**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Trad. Jorge Salomão, v. 19. Rio de Janeiro: Imago. [1929], 1976, p. 170.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, B.; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 115-147.

GUERRA, V. M. L. Indígenas e identidades: um olhar discursivo sobre a luta pela terra. In: ROSA, Andrea, M; MARQUES, Cintia N.; SOUZA, Claudete C. de; DURIGAN, Marlene (Org.). **Povos indígenas: reflexões interdisciplinares**. São Carlos: Pedro & João, 2012. p. 43-68.

_____. **Povos indígenas: Identidade e Exclusão Social**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita - Língua, sujeito e discurso**. 2 ed. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

KUNZLER, F.; CONTE, B. **Pensando a Violência**. São Paulo: Escuta, 2005.

LACAN, J. (1972-1973). **O Seminário, livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LEVY, P. **O que é o virtual**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 2001.

MALDONADO, M. T. **Bullying e Cyberbullying – O que fazemos com o que fazem conosco?** São Paulo: Moderna 2011.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/ Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos de português**. São Paulo: Unesp, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial, 2005.

SIBILIA, P. **O Show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, D. **Povos Indígenas: mitos, educação escolar e realidade histórico-cultural**. Campo Grande, Editora UFMS, 2010. p. 117-130.

SOUSA SANTOS, B. Epistemologias do Sul. Maria Paula Menezes (orgs). In: _____. **Para Além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Almeida, Marcos Feitosa, André Feitosa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TODOROV, T. **A Conquista da América. A Questão do Outro**. 2 ed. Trad. Beatriz Perrone Moi São Paulo: Martins Fontes. 1983.

Sites consultados

<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/135301/lei-contr-o-assedio-moral-lei-12250-06>. Acesso em: 09 out. 2016 às 21h.

http://neppot.ufsc.br/?page_id=21. UFSC, Núcleo de Estudos de Processos Psicossociais e de Saúde nas Organizações e no Trabalho. Acesso em: 02 fev. 2017 às 23h.

<http://www.oitbrasil.org.br/content/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 14 abr. 2017 às 21h.

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_base_s_1ed.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017 às 20h.

<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/Relat%C3%B3rio.%20OIT%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2017 às 14h.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%202%202018. Acesso em: 02 fev. 2017 às 13h.

Artigo recebido em: 10.11.2017

Artigo aprovado em: 04.01.2018